

STJ00089284  
Coordenação

ANTONIO HERMAN BENJAMIN  
GUILHERME JOSÉ PURVIN DE FIGUEIREDO



# DIREITO AMBIENTAL E AS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA:

**O papel da Advocacia de Estado e da Defensoria Pública  
na proteção do meio ambiente**

Adriana Ruiz Vicentin – Alessandra Ferreira de Araújo Ribeiro – Alzemeris Martins Ribeiro de Britto – Ana Cláudia Bento Graf – Antônio Figueiredo Guerra Beltrão – Carlos Teodoro José Hugueney Irigaray – Cíntia Oréfice – Cláudia Marçal – Cláudia Maria de Paula Eduardo Geraldi – Clério Rodrigues da Costa – Daniel Smolentzov – Danielle de Andrade Moreira – Elida Séguin – Enio Moraes da Silva – Fernando Walcacer – Flávia Piovesan – Giorgia Sena Martins – Gláucia Savin – Guilherme José Purvin de Figueiredo – Ibraim J. M. Rocha – Jean Jacques Erenberg – Jorge Kuranaka – José Eduardo Ramos Rodrigues – Josiane Cristina Cremonizi Gonçalves – Jussara Maria Rosin Delphino – Keiji Matsuda – Leila von Söhsten Ramalho – Lindamir Monteiro da Silva – Luciano Alves Rossato – Lucy Lerner – Lyssandro Norton Siqueira – Márcia Dieguez Leuzinger – Márcia Regina de Souza Pereira – Maria de Lourdes d’Arce Pinheiro – Marise Costa de Souza Duarte – Nelson Finotti Silva – Patryck de Araújo Ayala – Paula Nelly Dionigi – Paulo Victor Fernandes – Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo – Rafael Lima Daudt d’Oliveira – Reinaldo Aparecido Chelli – Roland Hasson – Rosana Maciel Bittencourt Passos – Tatiana Capochin Paes Leme – Tiago Fensterseifer – Vanêsa Buzelato Prestes.

*Apresentação*  
VLADIMIR PASSOS DE FREITAS

EDITORA   
REVISTA DOS TRIBUNAIS

## *Sumário*

---

Prefácio – ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e GUILHERME JOSÉ PURVIN DE FIGUEIREDO .... 7

Apresentação – VLADIMIR PASSOS DE FREITAS ..... 11

### **PARTE I – INTRODUÇÃO À ADVOCACIA PÚBLICA AMBIENTAL**

1. Advocacia Pública e a defesa do meio ambiente à luz do art. 225 da CF  
GUILHERME JOSÉ PURVIN DE FIGUEIREDO..... 21

2. O direito ao meio ambiente e a Constituição de 1988  
FLÁVIA PIOVESAN ..... 55

### **PARTE II – DEFENSORIA PÚBLICA**

3. Defensoria Pública e o meio ambiente: diagnósticos e perspectivas  
ELIDA SÉGUIN ..... 85

4. Defensoria Pública, acesso à Justiça e Justiça Ambiental  
TIAGO FENSTERSEIFER ..... 107

### **PARTE III – ADVOCACIA DE ESTADO**

5. Advocacia pública e meio ambiente: direito, dever e desafios  
CARLOS TEODORO JOSÉ HUGUENEY IRIGARAY..... 135

6. Proteção do meio ambiente e do erário: um novo paradigma para a Advocacia Pública	
ANA CLÁUDIA BENTO GRAF e GUILHERME JOSÉ PURVIN DE FIGUEIREDO .....	147
7. Algumas reflexões sobre competência estadual em matéria de proteção ao meio ambiente e o papel da Procuradoria-Geral do Estado. Especificidades da Bahia	
ALZEMER MARTINS RIBEIRO DE BRITTO .....	158
8. Advocacia Pública Ambiental nos municípios: peculiaridades	
MARISE COSTA DE SOUZA DUARTE .....	179
9. A atuação do Procurador do Estado em matéria ambiental: da defesa do ato administrativo à propositura de ações contra atos ilegais	
LYSSANDRO NORTON SIQUEIRA.....	202
10. Advocacia Pública nos Estados e no Distrito Federal – Peculiaridades	
DANIEL SMOLENTZOV .....	215
11. Advocacia Pública e a proteção do meio ambiente no âmbito da administração indireta federal	
LUCY LERNER.....	230
12. Estudo de caso: novos paradigmas da Advocacia Pública Municipal – Atuação preventiva e multidisciplinaridade – Relato de um caso de aplicação do direito de superfície na regularização fundiária	
VANÉSCA BUZELATO PRESTES .....	240
13. A importância das Comissões de Direito Ambiental da OAB para o aperfeiçoamento da Advocacia Pública	
ANTÔNIO FIGUEIREDO GUERRA BELTRÃO .....	257
 <b>PARTE IV – ADVOCACIA PÚBLICA E TUTELA ADMINISTRATIVA E TRIBUTÁRIA DO MEIO AMBIENTE</b>	
14. A proteção do meio ambiente e o papel da Advocacia Pública nos estudos de impacto ambiental	
PAULO VÍCTOR FERNANDES .....	267

15. A comprovação da regularidade ambiental nas concessões de incentivos e benefícios fiscais pelo Poder Público	
CLÁUDIA MARÇAL.....	281
16. Licitação sustentável: inserção da variável ambiental no sistema de compras e contratações públicas	
DANIELLE DE ANDRADE MOREIRA .....	299
17. A eficácia do ICMS ecológico como instrumento de política ambiental e o dever do Estado quanto à sua efetivação	
LEILA VON SÖHSTEN RAMALHO e ROSANA MACIEL BITTENCOURT PASSOS.....	329
18. Análise de minuta de decreto que dispõe sobre normas para a limpeza de pastagens na planície alagável do “Pantanal mato-grossense”	
PATRYCK DE ARAÚJO AYALA .....	350
19. Estudo de caso: A questão da queima da palha da cana-de-açúcar: a difícil conciliação entre proteção ambiental e desenvolvimento (proibição x autorização) – Dois aspectos do Estado em Juízo	
CLÁUDIA MARIA DE PAULA EDUARDO GERALDI, JORGE KURANAKA, KEIJI MATSUDA e REINALDO APARECIDO CHELLI .....	365

## PARTE V – ADVOCACIA PÚBLICA E DIREITO AMBIENTAL IMOBILIÁRIO

20. Advocacia Pública e regularização fundiária de áreas protegidas	
PEDRO UBIRATAN ESCOREL DE AZEVEDO .....	393
21. Ação de desapropriação (direta) para a criação de espaços protegidos. Aspectos polêmicos	
CÍNTIA ORÉFICE .....	410
22. Ação de indenização por apossamento administrativo decorrente de restrições de origem ambiental ao direito de propriedade	
MÁRCIA DIEGUEZ LEUZINGER .....	436

23. A Advocacia Pública e o usucapião de espaços protegidos  
LINDAMIR MONTEIRO DA SILVA ..... 459
24. O papel da Advocacia Pública nos Conselhos das Unidades de Conservação: importância para a educação ambiental  
CÍNTIA ORÉFICE e TATIANA CAPOCHIN PAES LEME..... 476
25. Áreas de Preservação Permanente – Estudo de caso: Parecer ASJUR/FEE-MA/PGE RD 04/2008. Procedimento Administrativo E-07/ 203.724//2008  
RAFAEL LIMA DAUDT D’OLIVEIRA ..... 487

### PARTE VI – ADVOCACIA PÚBLICA E MEIO AMBIENTE CULTURAL

26. Patrimônio cultural e Advocacia Pública  
JOSÉ EDUARDO RAMOS RODRIGUES ..... 517
27. Infrações contra o patrimônio cultural: competência do IPHAN e demais órgãos de preservação patrimonial para aplicar sanções administrativas ambientais  
JOSÉ EDUARDO RAMOS RODRIGUES e FERNANDO WALCACER ..... 547
28. Advocacia Pública e remanescentes de quilombos: uma práxis jurídica  
IBRAIM J. M. ROCHA ..... 569
29. Estudo de caso: proteção do Patrimônio Cultural no Estado de São Paulo – Um estudo sobre o prazo de conclusão do processo de tombamento  
JUSSARA MARIA ROSIN DELPHINO e JEAN JACQUES ERENBERG ..... 578

### PARTE VII – ADVOCACIA PÚBLICA E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO

30. O meio ambiente do trabalho e a Advocacia Pública  
ROLAND HASSON ..... 591
31. Estudo de caso: competência da Vigilância Sanitária Estadual para promover a tutela do meio ambiente do trabalho  
CLÉRIO RODRIGUES DA COSTA ..... 604

## PARTE VIII – ADVOCACIA PÚBLICA E DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL

32. Direito Internacional Ambiental e Advocacia Pública  
ALESSANDRA FERREIRA DE ARAÚJO RIBEIRO ..... 619
33. Estudo de caso: Estrada do Pacífico e a Iniciativa MAP: Mobilização Social Transfronteiriça para Gestão do Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Sul-Occidental  
MÁRCIA REGINA DE SOUZA PEREIRA..... 640

## PARTE IX – DIREITO PROCESSUAL AMBIENTAL E ADVOCACIA PÚBLICA

34. Advocacia Pública e ação civil pública ambiental: Estado autor e Estado réu  
ADRIANA RUIZ VICENTIN ..... 657
35. Ação popular ambiental e Advocacia Pública  
JOSIANE CRISTINA CREMONIZI GONÇALES ..... 678
36. O mandado de segurança individual e coletivo em matéria ambiental  
LUCIANO ALVES ROSSATO ..... 699
37. Execução de multas ambientais. Questões polêmicas. Prescrição. Responsabilização dos sócios. Responsabilidade administrativa  
MARIA DE LOURDES D'ARCE PINHEIRO ..... 727
38. Execução de compromisso de ajustamento de conduta ambiental  
NELSON FINOTTI SILVA ..... 749
39. Advocacia Pública Ambiental junto aos Tribunais Superiores  
PAULA NELLY DIONIGI ..... 767
40. Atuação dos Estados-membros na defesa dos interesses transindividuais  
ENIO MORAES DA SILVA ..... 790
41. Estudo de caso: Diesel S50, o acordo insuficiente  
GLAUCIA SAVIN..... 808
42. Estudo de caso: O interesse de agir e as ações civis públicas ambientais  
GIORGIA SENA MARTINS ..... 829